

1. OBJETIVO

1.1. Estabelecer os requisitos mínimos de Segurança, Meio Ambiente e Saúde no Trabalho, a serem cumpridos pelo CONTRATADO durante a vigência do Contrato, visando evitar a ocorrência de acidentes do trabalho, danos ao meio ambiente e à saúde.

2. DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA E COMPLEMENTARES

2.1. Além das diretrizes contidas neste Anexo, o CONTRATADO deve atender aos requisitos dos seguintes documentos:

2.1.1. Leis, Decretos, Portarias, Normas Técnicas, Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego, Instruções Normativas e Resoluções no âmbito federal, estadual e municipal, referentes ao objetivo desta diretriz, ou seja: Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT); Resoluções do CONAMA; e, Resoluções do CNEN, entre outros.

3. RESPONSABILIDADES

3.1. DO CONTRATADO:

3.1.1. Cumprir com todas as exigências estabelecidas neste documento sendo que o descumprimento destas Diretrizes ou a reincidência constituirá falta grave em relação aos aspectos legais de SMS, o que poderá implicar em rescisão contratual.

3.1.1.1. Apresentar para consulta da fiscalização da POTIGÁS os documentos relacionados no ANEXO do item 6.1, nos prazos de entrega estipulados.

3.1.2. Ressarcir à POTIGÁS todas as despesas oriundas do pessoal e equipamentos, quando do atendimento as emergências em suas obras e/ou serviços em instalações.

3.1.3. Elaborar antes do início dos serviços, a APR conforme Planilha – ANEXO 2, que atenda ao tempo do seu Contrato, sob coordenação do engenheiro responsável pelos serviços e, necessariamente, envolver na elaboração os respectivos encarregados pelo trabalho, o técnico de segurança, e outros profissionais que se façam necessários.

3.1.4. Cumprir o PPRA – NR - 9, PCMAT - NR - 18 (quando aplicável), PCMSO - NR - 7 e demais requisitos legais aplicáveis.

3.1.5. Aplicar treinamento inerente à atividade de cada colaborador.

3.1.6. Enviar para à fiscalização do contrato no final da obra/serviço, relatório conclusivo do PPRA, PCMAT, PCMSO e resumo das atividades e ocorrências ambientais.

3.1.7. Manter recursos necessários à prestação de socorro nos locais de serviço.

3.1.8. Comunicar à POTIGÁS, as não-conformidades ocorridas, no âmbito da obra, e a relação das medidas corretivas tomadas.

3.1.9. Em caso de acidente do trabalho, emitir e encaminhar para POTIGÁS o relatório final de Investigação de Acidente/Incidente conforme Procedimento de Identificação e Tratamento de Anomalias da Potigás.

3.1.10. Encaminhar para POTIGÁS, até o primeiro dia útil do mês subsequente, cópia das Estatísticas de Acidentes, CAT (se houver), DSMS, Número de Colaboradores, HHER.

3.1.11. Evitar qualquer tipo de agressão ao meio ambiente por parte dos seus trabalhadores, conscientizando-os, através de DDS sobre Aspectos Ambientais.

3.1.12. Segregar os resíduos gerados no local de trabalho, dispondo-os em cestos de coleta, adequadamente sinalizados e distribuídos, de acordo com a Resolução CONAMA nº 275/01.

3.1.13. Destinar corretamente os resíduos acumulados conforme disposto no item anterior.

3.1.14. Garantir que toda manipulação de substâncias tóxicas será efetuada por pessoas devidamente treinadas, garantindo a segurança e a adequação do seu acondicionamento.

3.1.15. Dar entrada no documento de Comunicação Prévia na SRTE, no Município onde atuará, antes do início das atividades no referido Município, atendendo ao item 18.2 da NR-18.

4.2. DA POTIGÁS:

4.2.1. Efetuar inspeções rotineiras e auditorias nas obras/serviços, em execução pelo CONTRATADO, e devidos canteiros, para verificar o fiel cumprimento desta Diretriz.

4.2.2. Exigir do CONTRATADO a apresentação de toda documentação obrigatória.

4.2.3. Acompanhar o cumprimento dos diálogos de segurança inerentes às atividades do CONTRATADO.

4.2.4. Participar do processo de investigação de acidente/incidente e da elaboração do plano de ação para todos os acidentes e incidentes.

4.2.5. Analisar os planos e programas apresentados pelo CONTRATADO, relacionados à SMS.

5. REQUISITOS GERAIS E ESPECÍFICOS

5.1. REQUISITOS GERAIS

5.1.1. Cada gerente, fiscal ou executante do CONTRATADO é o responsável pela segurança na área de trabalho de sua competência e todos devem assumir uma atitude de prevenir e antecipar as medidas de proteção ao homem, ao Meio Ambiente e às instalações existentes.

5.1.2. Todo colaborador do CONTRATADO deve portar crachá de identificação à altura do tórax.

5.1.3. Para Contratos com prazos superiores a 30 dias e com efetivo igual ou superior a 20 colaboradores, o CONTRATADO deve manter no mínimo 01(um), profissional de segurança do trabalho. A partir deste quantitativo, deve ter 01 profissional de segurança do trabalho para cada grupo de 100 colaboradores.

5.1.3.1. Os requisitos do Profissional de SMS para atendimento a este item é:

5.1.3.1.1. Profissional com experiência mínima de 2 (dois) anos em atividades correlatas, com curso de formação técnica em segurança do trabalho com registro no MTE.

Nota – A critério exclusivo da POTIGÁS profissionais com tempo de experiência diferente da descrita acima, podem ser aceitos, com comprovada experiência na atividade.

5.1.3.2. O efetivo dos subcontratados deve ser somado ao do CONTRATADO principal, para efeito de dimensionamento do SESMT.

5.1.4. Caso o CONTRATADO, subcontrate outros serviços, estes subcontratados devem cumprir todas as exigências desta diretriz, estando enquadradas nas exigências do CONTRATADO principal.

5.2. REQUISITOS ESPECÍFICOS

5.2.1. Gerenciamento de Riscos:

5.2.1.1. Sempre que houver modificações ou alterações na atividade, tais como: execução por novo método construtivo, condições climáticas adversas, mudança na utilização de equipamentos/máquinas, ou outras não previstas na APR inicial, a mesma deve ser revisada.

5.2.1.2. A elaboração de APR e emissão de PT, devem atender aos procedimentos específicos da POTIGÁS.

5.2.2. Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA:

5.2.2.1. Caso o CONTRATADO não esteja contemplado no Quadro I da NR-5, deve designar formalmente um colaborador para tratar das questões relativas à CIPA devidamente treinado conforme programa definido pela referida Norma.

5.2.2.2. O CONTRATADO deve convocar pelo menos um representante de cada um de seus subcontratados, quando estas não forem obrigadas a constituir CIPA própria.

5.2.3. Equipamentos de Proteção Individual – EPI:

5.2.3.1. Os Equipamentos de proteção individual são de uso obrigatório, atendendo a especificidade de cada atividade, conforme Análise Preliminar de Riscos.

5.2.3.2. O CONTRATADO é responsável pelo fornecimento gratuito aos seus colaboradores, de todo e qualquer tipo de EPI necessários à execução da atividade.

5.2.3.2.1. Os EPIs fornecidos devem ter certificado de aprovação expedido pelo MTE, e devem estar em conformidade com as especificações da NR-6.

5.2.3.3. O CONTRATADO deve, com base no PPRA e na APR, especificar em documento os EPIs necessários a cada tipo de serviço, caso não seja possível adotar medidas de eliminação ou controle dos riscos. O fornecimento e controle de EPI's devem estar de acordo com a NR-6 e todos os colaboradores, serão treinados para o uso adequado dos equipamentos.

5.2.3.4. É obrigatório o fornecimento pelo CONTRATADO/subcontratado, de vestimentas de trabalho, para todos os seus colaboradores, com características e quantidades compatíveis com os serviços a serem executados.

5.2.3.5. Para serviços em eletricidade usar EPI e ferramentas específicas (NR-10).

5.2.3.6. Todo EPI e vestimenta do colaborador quando danificado ou extraviado, deve ser substituído de imediato pelo CONTRATADO.

Nota: Todo colaborador do CONTRATADO tem obrigação de comunicar ao seu superior hierárquico qualquer Ato e ou Condição insegura, e autonomia para não permitir o acesso de pessoas não autorizadas e sem portar os EPI's de uso obrigatório para adentrar nas frentes de trabalho da POTIGÁS.

5.2.4. Equipamentos de Proteção Coletiva – EPC

5.2.4.1. Os EPC's devem ser especificados e ter a adequação de seu uso definidos no PPRA e PCMAT (quando aplicável), em função das etapas de execução das obras ou caso não haja a necessidade de elaboração do mesmo, a especificação ficará a cargo do SESMT (ou profissional de SMS) do CONTRATADO.

5.2.4.2. Em todos os locais que ofereçam risco, tais como: trabalho com escavações, em altura, em ambientes confinados, ambientes contaminados ou locais perigosos, o CONTRATADO deve utilizar, obrigatoriamente, barreiras de isolamento.

5.2.4.3. O uso de fita zebra para isolamento de área só deve ser utilizado em situações emergenciais.

5.2.5. Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção – PCMAT- e Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA.

5.2.5.1. O CONTRATADO deve apresentar à fiscalização, assim que atingir o efetivo de 20 colaboradores, seu PCMAT conforme NR-18, que deve ser elaborado e executado por profissional legalmente habilitado na área de segurança do trabalho, devendo constar anexado ao mesmo a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART (Resolução 437 de 27/11/99 do CONFEA).

5.2.5.2. Quando a empresa não estiver obrigada a elaborar PCMAT (por ter menos de 20 trabalhadores), deve apresentar, antes do início das atividades, o PPRA para análise e aprovação da fiscalização, que nesse caso é obrigatório, conforme previsto no ANEXO 1.

5.2.5.3. Não será aceita a alegação da inexistência do PPRA, em razão da empresa ser obrigada a elaborar PCMAT ou possível ausência de risco ocupacional.

5.2.6. Programa de Controle Médico e de Saúde Ocupacional – PCMSO

5.2.6.1. O CONTRATADO deve apresentar à POTIGÁS antes do início das atividades, seu Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO/NR-7), bem como em consonância com o PPRA/NR-9, contendo o nome, assinatura e cópia do certificado de habilitação do médico coordenador do PCMSO.

5.2.7. Operação e Manutenção de Máquinas e Equipamentos

5.2.7.1. O CONTRATADO deve implantar uma sistemática de manutenção preventiva que assegure a integridade mecânica de máquinas, veículos e equipamentos em operação, manutenção ou modificação, para que sejam submetidos à inspeção e teste antes do uso.

5.2.7.2. O Profissional de segurança e o operador/motorista do veículo ou caminhão devem inspecionar os equipamentos com objetivo de atestar a segurança. A lista de verificação para inspeção encontra-se no Anexo 3 deste documento.

5.2.7.3. O CONTRATADO deve assegurar que a operação de máquinas e equipamentos que exponham o operador ou terceiros a risco, só pode ser feita por profissional qualificado, e habilitado CNH (mínimo categoria “C”), sendo identificado por crachá, conforme NR-11.

5.2.7.4. As máquinas e os equipamentos que ofereçam risco de ruptura de suas partes móveis, projeção de peças ou de partículas de materiais devem ser providos de proteção adequada, mantendo as suas características originais.

5.2.8. Serviços em Altura

5.2.8.1. Para qualquer atividade a ser executada em altura superior a 2 metros do solo, na qual haja risco de queda do trabalhador, deve ser fornecido cinto de segurança tipo paraquedista, com talabarte duplo e sistema de cabos individuais, independentes da estrutura, dotados de trava-quadras e quando aplicável, prover “Linha de Vida”.

5.2.8.2. Não será permitido o uso de cordas de sisal para qualquer tipo de serviço em altura.

5.2.8.3. Não será permitida a utilização de andaimes de madeira e/ou de encaixe.

5.2.8.4. É proibido o uso de andaimes apoiados sobre cavaletes.

5.2.9. Sinalização da área em obras.

5.2.9.1. As frentes de serviço em via pública devem ser sinalizadas conforme estabelecido na ET-002-31-0 - Sinalização de obras, disponível no Anexo 3 deste documento.

5.2.9.2. Os trabalhadores nas frentes de serviço devem utilizar uniforme e crachá conforme descrito na ET-002-31-0 - Sinalização de obras.

5.2.10. Instalações Elétricas

5.2.10.1. As Instalações Elétricas provisórias devem estar de acordo com as NR – 18 e NR-10.

5.2.10.1.1 O CONTRATADO deve apresentar à fiscalização os procedimentos que serão adotados quanto à identificação e controle dos riscos envolvidos nas instalações elétricas, identificando padrões de equipamentos e instalações que pretenda utilizar.

5.2.11. Comunicação de Acidentes.

5.2.11.1. Sem prejuízo da comunicação obrigatória prevista na legislação pertinente, o CONTRATADO deve comunicar imediatamente à fiscalização do Contrato, todo incidente e acidente com ou sem afastamento, material, ambiental e/ou de trânsito após a sua ocorrência e, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas ou no primeiro dia útil subsequente, encaminhar, comunicação de maneira detalhada (conforme Procedimento de Identificação e Tratamento de Anomalias da Potigás).

5.2.11.2. Em caso de ocorrência com vítima, parar imediatamente a frente de trabalho, providenciar o imediato isolamento da área, informar à fiscalização do Contrato, tomar as providências necessárias, emitir CAT dentro do prazo legal e encaminhar cópia ao Gestor do Contrato.

5.2.11.3. No caso de ocorrência de acidente fatal, o CONTRATADO deve:

5.2.11.3.1. Parar imediatamente a frente de trabalho, providenciar o imediato isolamento da área e comunicar o acidente de forma imediata à fiscalização e aos organismos competentes nos níveis Municipal, Estadual e Federal, conforme legislação vigente;

5.2.11.3.2. Providenciar para que, com a máxima urgência, os familiares sejam notificados do ocorrido, fornecendo o devido apoio social;

5.2.11.3.3. Instituir, formalmente, a investigação de acidentes conforme Procedimento de Identificação e Tratamento de Anomalias da Potigás.

5.2.12. Paralisação dos serviços por motivo de falta de segurança.

5.2.12.1. A fiscalização e/ou SMS da Potigás pode paralisar qualquer serviço no qual se evidencie descumprimento das normas da POTIGÁS e/ou legislação pertinente.

5.2.12.2. Qualquer colaborador pode paralisar qualquer serviço no qual se evidencie risco iminente a segurança, saúde das pessoas, integridade das instalações e/ou ao meio ambiente.

5.2.12.3. A paralisação dos serviços motivada por falta de condições de segurança e consequentemente a não observância das normas, instruções e regulamentos aqui citados, não eximirão o CONTRATADO das obrigações e penalidades previstas nas cláusulas do Contrato referentes a prazos e multas.

5.2.13. Permissão de Trabalho - PT.

5.2.13.1. As atividades críticas, tais como serviços elétricos e trabalho em altura, desenvolvidas por CONTRATADO só poderá iniciar o após a obtenção da Permissão de Trabalho conforme procedimento específico da POTIGÁS.

6. DOCUMENTOS ANEXOS

6.1. Anexo 1: Tabela de Documentos a serem apresentados.

6.2. Anexo 2: Planilha de Análise Preliminar de Risco – APR.

6.3. Anexo 3: Lista de Verificação para Inspeção de Veículos e Equipamentos.

6.4. Anexo 4: ET-002-31-0 - Sinalização de obras.